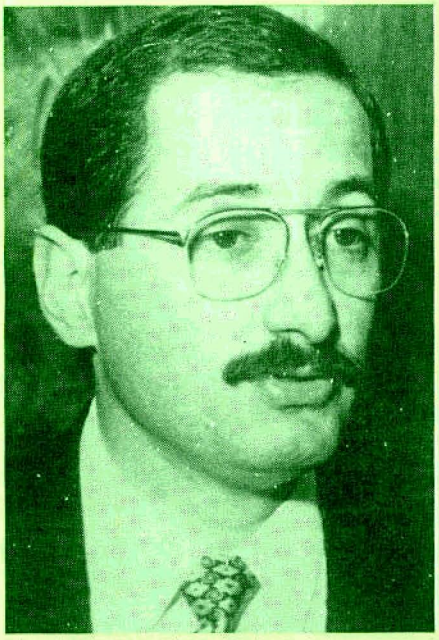
O agricultor precisa de crédito, o governo de credibilidade



Antônio Cabrera

Ele chegou a Brasília há quatro anos, como empresário, e saiu de lá há dois, como um dos mais populares ministros da Agricultura dos últimos anos. Com apenas 30 anos, Antônio Cabrera se viu com a pasta da Agricultura nas mãos de forma inesperada. Ele fora tentar obter uma audiência com o então ministro da Justiça, Bernardo Cabral, para conseguir a liberação dos cruzados novos bloqueados dos produtores rurais, para pagamento dos bóias-frias. O ministro o encaminhou ao então presidente e Cabrera ficou sabendo horas depois, pela tevê, que era o novo ministro da Agricultura. O susto passou logo e este típico produtor rural, formado em medicina veterinária pela Unesp de Jaboticabal, no interior de São Paulo, dono de fazendas em São Paulo e Goiás e criador de búfalos, tratou de colocar em prática seu estilo de administrar. Primeiro liberou os cruzados novos dos produtores e os empregados receberam seu pagamento. Depois lançou o ministério "pé na terra", visitando uma cidade do interior por mês, brigou pela Lei Agrícola, que acabou sendo quase totalmente vetada pelo presidente Collor e colocou em funcionamento um esquema de marketing *que lhe garantiu a imagem de homem dinâmico e prático — apesar da frustração da safra e das críticas à política agrícola então vigente.*

Religioso a ponto de ter sempre uma Bíblia em seu gabinete, atualmente localizado na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, da qual é o secretário titular, Cabrera sabe que tem pela frente um desafio e tanto. Se não bastasse a atual crise da agricultura, por ele considerada a pior da história brasileira recente, ele também lida com os problemas de seu estado, que enfrenta uma crise financeira sem precedentes. Aos 35 anos, acha que as crises fazem as oportunidades e que o setor agrícola pode mobilizar-se e brigar por metas comuns de curto e longo prazos. Leia-se: fim da TR (taxa referencial) e uma política agrícola mais coerente e de longo prazo, respectivamente.

Para ele, o governo simplesmente não se deu conta de que o Real está baseado mais na "âncora verde" do que na cambial e que as políticas que vêm sendo adotadas poderão levar a uma queda significativa na próxima colheita. "Juros altos, prato vazio", assegura. A seu ver, os três fatores que hoje atuam conjuntamente sobre a agropecuária — juros, tributação excessiva e defasagem cambial — são fatais para o setor. Nesta entrevista à Agroanalysis, *ele fala de seus planos à frente da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, da busca de recursos e das tentativas de reduzir impostos no estado, dentro do atual quadro da agricultura brasileira.*

■ *Quais as propostas de política agrícola da Secretaria da Agricultura para o estado de São Paulo?*

— A secretaria está concentrando esforços nas áreas consideradas essenciais, como pesquisa agropecuária, fiscalização de insumos e defesa animal e vegetal. O que queremos, em suma, é centrar as ações em atividades-fim e não em atividades-meio. Queremos um conselho municipal de agricultura com participação das secretarias estadual e municipal, funcionários, produtores e trabalhadores, e esse conselho é que formulará a política agrícola para o município. A municipalização é um dos meus carros-chefes. Além disso, estamos lançando programas como o do novilho precoce, reduzindo o ICMS em até 50% e iniciando um programa de eletrificação rural, porquanto, embora São Paulo seja o estado mais rico da Federação, mais da metade das propriedades ainda não tem energia elétrica. Outros projetos são o de telefonia rural, o de irrigação e o de microbacias,

para o qual estamos demandando recursos do Banco Mundial.

■ *Nesse ponto São Paulo está atrasado em relação a outros estados, como Paraná e Santa Catarina?*

— Muito. Quem for a esses estados vai ver a diversificação que se tem em termos de microbacias preservadas. Mesmo quem não é agricultor pode ver a diferença, pois isso envolve a conservação de estradas, de matas ciliares, cuidados com a erosão. E trata-se de um problema muito sério, pois, na média, para cada quilo de soja que produz, São Paulo perde 10kg de solo fértil. Nós estamos literalmente acabando com o nosso solo. Esse programa de microbacias vai ter recursos do Banco Mundial, algo como US$126 milhões, e há cerca de 40% dos municípios paulistas já com projetos de microbacias prontos para serem implementados.

■ *Qual é a importância da agricultura para o governo do estado? Que fontes de recursos podem ser mobilizadas?*

— A maior parte das dificuldades que temos hoje na agricultura é de responsabilidade do governo federal, principalmente no que diz respeito à taxa de juros. Agora, apesar da situação financeira de São Paulo, o primeiro setor que teve redução de impostos foi o da agropecuária, no segmento de carne. Estamos falando de um estado que está quebrado, numa busca desesperada de recursos, e de um governo que resolveu bancar e garantir a isenção na carne. Isso demonstra que esse governo veio para tentar recuperar a nossa agricultura. Com relação aos recursos para os projetos, o de microbacias está garantido pelo Banco Mundial. Quanto aos outros, teremos que ser criativos, enquanto não entram os recursos das privatizações. Temos até mesmo uma proposta sendo discutida com o governo do estado, de equalização das taxas de juros nos financiamentos. A diferença o estado bancaria, para garantir condições de plantio para o produtor. Pode parecer um contrasenso, dada a crise do estado, mas isso gera aquecimento da economia, mais arrecadação e empregos.

■ *O Banespa possui um reconhecido papel no financiamento da agricultura do estado. Em fase de intervenção, o que muda nas diretrizes do banco com relação à agricultura?*

— Nós ficamos sem o braço, ou sem a perna operacional da secretaria. Ela é hoje como um saci-pererê. Há idéias, projetos, mas não temos um instrumento para ajudar a financiar as atividades. Conseguimos, por exemplo, a promessa de recursos do BNDES para o projeto de eletrificação rural, mas as negociações pararam, pois não temos o agente financiador, que era o Banespa. E esse projeto já previa a equalização de juros, porquanto aqueles praticados pelo Banco de Desenvolvimento são mais baixos em relação ao mercado, mas ainda incompatíveis com a agricultura. Para se ter idéia do estado das coisas, para que o BNDES libere o dinheiro, o balanço do Banespa teria que ter sido publicado. Com a intervenção, não foi e não temos previsão de quando será. Estamos de mãos atadas.

O Real hoje está baseado não em uma âncora cambial, mas na "âncora verde".

■ *Como a falta de previsibilidade das regras econômicas, de que é exemplo a variação das tarifas, afeta as metas estabelecidas pela secretaria, tanto em São Paulo como em outros estados?*

— Há um velho ditado na agricultura que diz o seguinte: o agricultor precisa de crédito, o governo de credibilidade. Essas mudanças nas regras fazem com que o governo perca credibilidade, não só junto ao mercado doméstico, mas também junto ao mercado externo. O Brasil é a quinta potência agrícola do planeta e nós não temos, por exemplo, bolsas de mercadorias fortes como em países sem tradição agrícola, caso da Irlanda e de Luxemburgo. É necessário que se criem mecanismos estáveis, tanto para o agricultor que está aqui dentro, como para sinalizar para fora, de forma a mostrar que as regras não vão ser mudadas abruptamente. Mas é claro também que isso afeta de modo direto nosso planejamento na secretaria. Primeiro, porque limita o próximo plantio. Vemos protestos por todos os lados e isso dificulta qualquer iniciativa. Os produtores estão em pé de guerra. Em segundo lugar, essa questão da política tarifária torna qualquer decisão difícil. Vamos estimular a laranja, a soja? Mas de que forma, se não sabemos como se comportarão a política cambial, as taxações para as importações? Sem regras estabelecidas não temos um horizonte de trabalho, assim como não temos condições de buscar dinheiro de outras fontes, como o mercado externo e as bolsas.

■ *Aliviar a taxação sobre os produtos agrícolas tem sido apontado como medida para remediar a crise atual do setor. A Secretaria de Agricultura e o governo de São Paulo estão propondo um novo mecanismo de isenção do ICMS sobre os produtos agrícolas. Quais as características desse novo mecanismo?*

— O que não queremos é ter que entrar nessa guerra fiscal, inconstitucional, que os estados vêm fazendo entre si. Isso é hoje uma erva daninha para a agropecuária de São Paulo. Se um produtor abater um boi em Goiás, ele vai pagar R$21 de ICMS. Se abater em São Paulo, vai pagar R$44. Nossa proposta, a curto prazo, é dar isenção do ICMS para a cesta básica — carne, arroz, feijão, trigo, milho e, em algumas regiões, mandioca. Isso daria um alívio ao produtor. Só conseguimos até agora aprovar a isenção de 50% para a carne. Mas temos também outra proposta, esta inovadora. Queremos incentivar a produtividade e a eficiência mediante redução tributária. Como fazer issso? Mensurando o rendimento médio das culturas nas diversas regiões produtoras. O agricultor que obtiver produtividade superior à média de sua região terá isenção sobre a parcela excedente. Por exemplo: vamos supor que a produtividade média de determinada cultura é 2 mil kg/ha. Quem obtiver, digamos, 2.500kg/ha terá a parcela excedente a 2 mil kg/ha (500kg/ha) isenta de ICMS, o que

será garantido por uma nota de isenção emitida pela Secretaria de Agricultura.

■ *Qual é a flexibilidade de que os estados dispõem para promover esse tipo de mudança e quais as principais dificuldades legais, orçamentárias e operacionais?*

— Nosso grande problema é que São Paulo tem tentado fazer tudo pela cartilha constitucional. Seria muito fácil entrar na guerra dos impostos, burlar a lei e trabalhar com impostos menores sem consultar o Confaz. Mas não queremos isso, porque é nocivo para o próprio estado a médio prazo. Apresentamos à Fazenda a proposta de isenção da cesta básica, que foi recusada. Só conseguimos fazer passar a isenção para a carne. Vamos insistir na cesta básica, mas acho que só conseguiremos vitórias quanto à redução de impostos e à reforma tributária quando conseguirmos sensibilizar a sociedade. Quando uma dona-de-casa vai a um açougue, ela está pagando 1/3 do preço em impostos. O que queremos é que ela possa comprar mais carne e menos imposto. Num país que tem mais de 30 milhões de famintos, isso é um contra-senso.

■ *Há quem diga que o futuro da agricultura brasileira é muito bom. Mas ante a crise atual, quais as medidas necessárias para garantir a transição?*

— Sempre se falou que este país era o país do amanhã. No caso da agricultura o amanhã é sempre feriado, por isso não tivemos ainda esse alvorecer. Mas a grande dificuldade da agricultura hoje, além dos problemas de tributação e defasagem cambial, é a questão da TR. Toda a propaganda do Real está sendo baseada na cesta básica, que está estabilizada. Só que quem pegou recursos no banco para produzir essa cesta básica vai quebrar. Nós não estamos sendo dramáticos, é a realidade. O produtor não tem condições de pagar mais de 70% de juros no ano. Quem produz atualmente se depara com uma dura realidade. Quem tiver uma vaca produzindo leite, fará ótimo negócio se vendê-la e colocar o dinheiro na poupança. No final do ano terá três bezerros, ao passo que, se for produzir leite, vai ter um bezerro só. O governo, portanto, privilegia, em uma escala muito grande, a especulação.

■ *Por que a agricultura acabou sendo o setor que mais pagou a conta do Real? Trata-se de uma questão política, falta poder de pressão? E os produtores estão organizados para dialogar de forma permanente com o Estado ou só agem de tempos em tempos?*

— O Real hoje está baseado não em uma âncora cambial, mas na "âncora verde". E isso porque a agricultura é realmente o setor mais fraco, já que exerce sua atividade longe dos grandes centros de decisão política. O produtor que está lá no Rio Grande do Sul não sabe, em geral, da importância de uma decisão que está sendo tomada em Brasília e que vai afetar a vida até do neto dele no futuro. Há falta de mobilização. Mas com a crise, a situação está mudando. Todos os produtores, do menor ao maior, vão estar juntos, defendendo uma política agrícola para o país. E o mais urgente é acabar com a TR. Já existe a consciência da necessidade de lutar por metas comuns. Até pelo fato de o setor estar notando o que significa não estar mobilizado. Estamos em um país que tirou o imposto do carro popular, mas não conseguimos tirar o imposto do arroz e do feijão.

O Brasil importar alimentos é a mesma coisa que a Arábia Saudita importar petróleo.

■ *Outra preocupação da classe agrícola vem do fato de que o governo dispõe de um decreto que lhe faculta zerar as tarifas de importação de produtos agrícolas, e esse decreto seria usado assim que os preços subissem. Como se pode convencer as autoridades de que essa falta de previsibilidade das tarifas é fatal para um setor já sujeito a tanta incerteza?*

— A disparidade com que o governo trata o produto nacional em relação ao importado é um problema sério, porque lá fora os produtos são subsidiados. A solução só vai surgir quando os produtores realmente se mobilizarem, e eu acredito que neste mês, quando a safra está saindo do interior e o débito no banco está apertando, o agricultor vai sentir o tamanho da encrenca em que se meteu. O setor vai se mexer e não porque queira privilégios, mas sim por desejar um tratamento justo, como qualquer outro setor. Nosso problema nessa questão das tarifas é que o governo está viabilizando a entrada de produtos subsidiados na origem e isso é concorrência desleal. Chegou-se a tal ponto que o algodão importado é posto em São Paulo sem pagar imposto, enquanto o nosso paga 13% de ICMS. Isso é coisa do país do futebol. Nunca vi nenhum país fazer coisa semelhante. É absurdo.

■ *Na sua opinião, a crise atual da agricultura é mesmo sem precedentes na história do Brasil? Qual é a verdadeira dimensão dessa crise?*

— Nunca assisti a uma crise tão forte e de tal intensidade como a atual. E isso está acontecendo porque três fatores, que às vezes atuavam isoladamente sobre o setor, agora estão pressionando em conjunto: o câmbio, os tributos e os juros. Principalmente estes últimos. Nunca o produtor pagou uma taxa tão alta como agora, em um momento em que se tem inflação baixa. A inadimplência vai ser enorme.

■ *Se o senhor fosse ministro da Agricultura neste momento, que medidas tomaria para estimular os produtores?*

— Eu iria fazer um curso com o Adib Jatene, para aprender a pedir mais recursos para o setor, ou faria um outro com a Dorothea Werneck, para descobrir como se conseguem cotas de importação, como se tem atualmente em veículos. Isso é uma brincadeira, mas serve para mostrar o tratamento diferenciado que o governo dá à agricultura. Está sendo promovida uma transferência maciça de recursos do campo para a cidade, o que não é novidade, mas desta vez estão matando a galinha dos ovos de ouro. E o governo vai ter que reverter isso. Não há como competir quando uma vaca nos EUA recebe US$1,5 mil em subsídios anuais. Ela recebe lá praticamente o que é a renda *per capita* do brasileiro. E é

um dinheiro a fundo perdido, dirigido mesmo à agropecuária. Aqui, ao contrário, tributam-se insumos, o que é inédito. Devia virar roteiro de filme do Steven Spielberg, porque é muito melhor do que o roteiro do *Parque dos Dinossauros*. Temos um governo que tributa a intenção de plantar, de produzir. O agricultor paga para correr o risco de plantar.

■ *Na sua gestão como ministro, o que foi possível fazer para tornar menor a incerteza em que vive o setor?*

— Conseguimos fazer a primeira lei agrícola do país, e essa lei estabelece o *antidumping*. A legislação foi aprovada e regulamentada com muito esforço, só que não está sendo cumprida. Nós não temos medo da alíquota zero. Mas não podemos permitir a entrada de produto subsidiado aqui dentro assim, porque é uma concorrência predatória. Sem falar na falta de lógica disso. O Brasil importar alimentos é a mesma coisa que a Arábia Saudita importar petróleo. Na época da minha gestão conseguimos colocar tributação compensatória para alguns produtos, como o leite e o trigo, mas o governo seguinte não a manteve.

■ *Neste cenário, é possível plantar uma nova safra recorde sem uma solução para as dívidas passadas? Há risco de queda de produção na próxima safra?*

— Juros altos hoje significam pratos vazios amanhã. Não há chances de plantar uma boa safra sem a resolução desses problemas. Lamento apenas que a sociedade só vá entender isso quando houver a quebra de safra do próximo ano. A prateleira vazia do supermercado é implacável. Não vai haver financista ou economista capaz de resolver isso. Aliás, não tenho nada contra economistas, mas é impressionante como eles não entendem que na agricultura não há depois: ou se planta quando é preciso, ou não se colhe.

■ *Temos, portanto, um quadro de risco de escassez de alimentos e um governo fechando o ano com possível déficit na balança comercial. A clássica solução das importações também estaria em risco?*

— O pior é o seguinte: o governo não só não vai poder bancar grandes importações de alimentos, como também, graças à sua política agrícola atual, não vai poder contar com os produtos de exportação para minimizar o estrago e compensar as possíveis compras de produtos fora. Este ano, por exemplo, nos cinco primeiros meses o Brasil deixou de exportar metade da soja que exportou no ano passado. E nós tivemos uma safra recorde. Essa soja está parada nos armazéns, não escoou. Nas nossas estimativas isso significa algo entre US$280 milhões a US$300 milhões que deixaram de entrar no país. O resultado mais visível foi a queda nas vendas dos setores ligados à agricultura. As vendas de insumos e de tratores despencaram. O governo tem que resolver o dilema do que fazer com a questão agrícola. Gastam-se cerca de US$7 bilhões em subsídios com setores como aço, Zona Franca de Manaus etc. Chegou a hora de questionar isso. O que é mais importante? Subsidiar aço ou arroz e feijão? Produzir aqui ou gastar mais importando?

Temos que sensibilizar a sociedade para o fato de que, quando uma dona-de-casa vai a um açougue, ela está pagando 1/3 do preço em impostos. Em um país com mais de 30 milhões de famintos isso é um contra-senso.

■ *Fala-se muito em economia globalizada, em internacionalização dos mercados. Como o senhor encara essa questão e o que se pode fazer para proteger a agricultura internamente?*

— A globalização pode até ser um processo irreversível, mas é necessário harmonizar os processos. O Brasil no seu processo de internacionalização, na abertura, está procurando proteger a área industrial e desfavorecendo o setor agrícola, ao mesmo tempo em que lida com países que têm a agricultura altamente protegida. É certo que um produtor de trigo do sul, se não produzir a média de 1.700 quilos por hectare, tem que mudar de atividade, reconverter sua propriedade para outras culturas como frutas, por exemplo, como já vem acontecendo. É uma questão de competitividade. Mas, ao mesmo tempo, nosso produto tem de merecer tratamento igual em termos de tributos, em relação aos outros países. Na Argentina, quando um produtor exporta soja, ele recebe uma bonificação de 5% sobre o total como incentivo à exportação. Aqui o produtor paga para exportar. Somos exportadores de impostos.

■ *Fala-se hoje que o modelo de crédito rural baseado em recursos públicos não é sustentável. Quais seriam as alternativas de financiamento, inclusive para a próxima safra?*

— Acho que a agricultura nunca vai poder abrir mão de subsídios e do crédito rural. Ou, então, o governo vai ter que ser sincero e dizer que cada um se arranje com o mercado, plante quem quiser. Aí não vamos ter safra. É uma opção, e governar é fazer opções. Todos os países do mundo têm mecanismos de subsídios e de proteção à agricultura. Seja na forma de incentivos à exportação, como na Argentina, ou de subsídio ao consumo, como nos EUA, que ainda hoje têm o *food stamp*, como ajuda para garantir o consumo. Quanto às alternativas de financiamento no curto prazo, são pura ilusão. Se não houver uniformização tributária entre os estados, como poderão ser viabilizadas as operações em bolsas de mercadorias? E, se não houver estabilidade nas regras, é impossível atrair dinheiro de fora ou trabalhar com mercados futuros. Falta credibilidade. E ainda que haja a reforma tributária, que a economia se estabilize, esses recursos do mercado estarão mais voltados para culturas de exportação. O governo não vai poder abrir mão da responsabilidade sobre os produtos da cesta básica. Nenhum país se arriscou a fazer isso.